2.º Vogal Suplente — Marcos David Marcelo Fretes, Secretário de Justiça do mapa de pessoal do núcleo de Lisboa da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa;

23.8 — Ref.ª H:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

Presidente — José Francisco Rocha Ramalho, Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Artur Silva e Sá, Secretário de Justiça do mapa de pessoal do Núcleo de Vila Franca de Xira da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Cláudia Silvestre Gil Ferreira, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Júlio Costa Marinho, Secretário de Justiça do mapa de pessoal do Núcleo de Loures da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte;
2.º Vogal Suplente — Maria Celeste Branco Costa, Escrivã de Direito do Mapa de pessoal do Núcleo de Vila Franca de Xira da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte;

23.9 — Ref.ª I:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

Presidente — José Francisco Rocha Ramalho, Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Daniel Pires da Costa, Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal efetivo — Cláudia Silvestre Gil Ferreira, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Constança Milagre Pena da Silva, Secretária de Justiça do mapa de pessoal do Núcleo de Oeiras da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;
2.º Vogal Suplente — Maria Manuela Alves Passos, Escrivã de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Oeiras da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

23.10 — Ref.ª J:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Presidente — Maria Teresa Carneiro Pacheco Andrade Coelho, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal efetivo — Maria de Fátima Pereira Galvinas, Escrivã de Direito do mapa de pessoal do Núcleo do Porto da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Margarida Maria da Nóbrega Cortes Pinto Delduque da Costa, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Paulo Jorge Nobre Capelo, Secretário de Justiça do mapa de pessoal do Núcleo de Vila Nova de Gaia da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto;
2.º Vogal Suplente — Maria Rosalina Xavier da Costa Reis Bacelar Alves, Escrivã de Direito, em substituição, do mapa de pessoal do Núcleo do Porto da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.

23.11 — Ref.ª K:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Porto Este

Presidente — Maria Teresa Carneiro Pacheco Andrade Coelho, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Maria de Fátima Castro Torres, Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Porto Este, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Margarida Maria da Nóbrega Cortes Pinto Delduque da Costa, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Águeda Moreira Cerqueda de Sá, Escrivã de Direito do mapa de pessoal Núcleo de Paredes da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Porto Este;
2.º Vogal Suplente — António José Madureira Jaloto, Escrivã de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Penafiel da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Porto Este.

23.12 — Ref.ª L:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém

Presidente — José Francisco Rocha Ramalho, Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Manuel Luís dos Santos Grilo, Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Cláudia Silvestre Gil Ferreira, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Maria Isabel Rosa Mendes Portela, Secretária de Justiça, em regime de substituição, do mapa de pessoal do Núcleo de Santarém da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém;
2.º Vogal Suplente — Ana Marília Lopes Elias, escrivã de direito do mapa de pessoal do Núcleo de Santarém da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém.

23.13 — Ref.ª M:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu

Presidente — José Francisco Rocha Ramalho, Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Felibiano José Raposo Neto, Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Cláudia Silvestre Gil Ferreira, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — José Manuel da Silva Novo, Secretário de Justiça do mapa de pessoal do Núcleo de Viseu da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu;
2.º Vogal Suplente — José Eduardo Monteiro dos Santos, Escrivão de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Viseu da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca Viseu.

24 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 273/2000, publicado no *Diário da República* n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, evidenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 de março de 2019. — O Subdiretor-Geral, *Jorge Brandão Pires*.
312132255

Aviso (extrato) n.º 4674/2019

1 — De acordo com o disposto no artigo 77.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, faz-se público que por meu despacho de 14 de março de 2019, por delegação, foi aprovada a lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça, reportada a 31 de dezembro de 2018.
2 — A referida lista pode ser consultada no sítio da Direção-Geral da Administração da Justiça (www.dgaj.mj.pt).
3 — De acordo com o artigo 78.º do mesmo Estatuto, as eventuais reclamações devem ser formalizadas no prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, e dirigidas à Direção-Geral da Administração da Justiça.

14 de março de 2019. — O Subdiretor-Geral, *Jorge Brandão Pires*.
312142437

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 4675/2019

Recrutamento de um Técnico Superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para o Centro de Documentação e Informação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar um Técnico Superior (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções no Centro de Documentação e Informação da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:
I — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior;

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:
Incumbe ao Centro de Documentação e Informação o desenvolvimento das competências definidas no Despacho n.º 4128/2015, de 24 de abril.
III — Perfil pretendido:

a) Ser detentor/a da Licenciatura na área do Design de Comunicação ou Multimédia ou outra Licenciatura com pós-graduação nas áreas de Design de Comunicação ou Design Editorial ou Comunicação e Edição de Conteúdos;
b) No âmbito das exigências específicas do posto de trabalho, deve ser capaz de assessorar a DGPJ no tratamento de todas as questões respeitantes à comunicação e imagem da DGPJ, nomeadamente nas áreas do design de comunicação, design gráfico, edição de conteúdos, edição/gestão de conteúdos de comunicação, designadamente web, produção gráfica de suportes de informação (relatórios, newsletters, brochuras, folhetos, cartazes, formulários). Com competências a nível de realização e orientação para resultados, orientação para o serviço público, trabalho de equipa e cooperação, planeamento e organização do trabalho.

IV — Local de trabalho:
Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.
V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:
Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto "Recrutamento por mobilidade na categoria", dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/ 3
Campus de Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Métodos de Seleção:
A seleção dos candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.
A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos/as pré-selecionados/as serão contactados/as para a realização da referida entrevista profissional de seleção.
Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

1 de março de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.
312119109

Aviso n.º 4676/2019

Recrutamento de 2 Técnicos Superiores (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Divisão de Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 2 Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções na Divisão de Estatística da Justiça da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:
I — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:
Incumbe à Divisão de Estatísticas da Justiça o desenvolvimento das competências constantes do Despacho n.º 16290/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 247, de 21 de dezembro de 2012.
III — Requisitos mínimos:

a) Ser detentor/a de Licenciatura em Direito, Estatística, Gestão de Informação ou em áreas análogas;

IV — Requisitos preferenciais

a) Experiência na recolha, análise, apuramento e difusão de dados estatísticos;
b) Experiência na utilização de ferramentas informáticas de apresentação de dados estatísticos;
c) Experiência na utilização de folhas de cálculo;
d) Capacidade demonstrada de trabalhar em equipa.

V — Local de trabalho:
Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990 — 097 Lisboa.
VI — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:
Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto "Recrutamento por mobilidade", dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/ 3
Campus da Justiça
1990 — 097 Lisboa

VII — Métodos de Seleção:
A seleção dos candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.
A referida análise curricular tem carácter eliminatório e apenas os candidatos/as pré-selecionados/as serão contactados/as para a realização da referida entrevista profissional de seleção.
Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 217924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

1 de março de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.
312119141

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso n.º 4677/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Referência 176/AT/2018), com vista à ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 13406/2018, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 183, de 21 de setembro, foi homologada por meu despacho de 21 de fevereiro de 2019, encontrando-se afixada em local visível nas instalações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sitas na Avenida da Liberdade, n.º 9, 2.º Esquerdo, em Lisboa e disponibilizada na página eletrónica em https://dgrsp.justica.gov. pt, conforme previsto nos n.os 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria.

7 de março de 2019. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.
312125662

Aviso n.º 4678/2019

Recrutamento por mobilidade de 4 Técnicos Superiores para a Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais

1 — A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais informa que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dia úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento para recrutamento de 4 trabalhadores na carreira/categoria de técnico superior — área de área de Gestão de Empresas, Auditoria, Contabilidade e Economia, em regime de mobilidade, nos termos do disposto nos artigos 92.º a 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
2 — Local de trabalho: Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais.
3 — Tipo de Oferta — Mobilidade na categoria ou intercarreiras.
4 — Carreira/categoria — Técnico Superior.